



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST]

---

#### **UM DIA É DO CAÇADOR E OUTRO É DA CAÇA: PRÁTICAS CULTURAIS E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA/ BRASIL**

---

---

SILVA, Clódson dos Santos  
Doutor em Sociologia  
Universidade Estadual do Piauí  
[clodsonsilva@yahoo.com.br](mailto:clodsonsilva@yahoo.com.br)

---

OLIVEIRA, Waldeir Rodrigues de  
Licenciado em História  
Universidade Estadual do Piauí  
[waldeirrodrigues41@gmail.com](mailto:waldeirrodrigues41@gmail.com)

---



#### Resumo

O estudo examina como a caça de animais silvestres se tornou ao longo dos anos uma prática enraizada na cultura de parte dos moradores que habitam o entorno do Parque Nacional Serra da Capivara PI/Brasil. Analisamos a tensa relação entre os caçadores e o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que passou a atuar na região a partir da década de 1980. Mesmo com a forte fiscalização na região, mesmo cientes das sanções legais, vários caçadores continuaram matando animais silvestres, alegando necessidade, hábito ou ainda como uma forma de resistência. Nesse sentido, investigamos as relações de convivência entre esses caçadores, antes e depois da criação do Parque. O que leva ou levava tais sujeitos a caçarem? Como esses moradores reagiram com a implantação do Parque Nacional Serra da Capivara? A elaboração da pesquisa foi realizada através de fontes orais com pessoas que caçam ou já caçaram. Vale destacar que debruçar sobre o universo social dos caçadores locais não significa negligenciar a importância da Preservação Ambiental na proteção de animais ameaçados pela caça predatória. Acreditamos que este estudo possa contribuir para que as novas gerações compreendam a complexa relação do Parque Nacional com a sociedade local.

#### Abstract

The study examines how the hunting of wild animals has become, over the years, a practice handed down through the generations and it is deeply rooted in the culture of the residents living near the Serra da Capivara National Park - PI / Brazil. We analyzed the tense relationship between the hunters and the IBAMA (Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources) which began to operate in the region in the 1980s, due to the creation of the Park. Although with a strong supervision in the region and even aware of legal sanctions, several hunters continued hunting wild animals, claiming needs, habit or even as a form of resistance. In this sense, we investigated the relations between these hunters, before and after the creation of the Park. What it takes or took such subject to hunt? How these residents reacted with the creation of the Serra da Capivara National Park? The research was conducted through the use of oral sources with residents who hunt or have already hunted. It is worth mentioning that focus on the social universe of local hunters does not mean neglecting the importance of environmental preservation and protection of animals threatened by illegal hunting. We believe that this study can contribute to the new generations to understand the complex relationship of the Serra da Capivara National Park with the local society.

Palavras-chave: parque nacional; conflitos; caça

Keywords: national park; conflict; hunting



## 1. Introdução

Este estudo analisa a atuação de caçadores no Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). Tal região é marcada pela pobreza e parte da população rural vive da agricultura de subsistência, da criação de pequenos rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos. Uma das características culturais desse lugar é o fato de que parte dos moradores locais costuma utilizar em sua dieta a carne proveniente da caça de animais silvestres.

Neste trabalho procuramos interpretar os conflitos originados através do choque entre as práticas sociais dos caçadores locais e a proibição da caça com a implementação do PNSC. Nesse sentido, objetivamos compreender as relações de convivência entre esses caçadores, antes e depois da criação do Parque Nacional Serra da Capivara. O que leva ou levava esses sujeitos a caçarem? Qual a relação que estes indivíduos tinham com o meio ambiente antes da construção do Parque? Como tais moradores reagiram à institucionalização do Parque Nacional e à criminalização de alguns dos seus costumes?

Vale destacar que se debruçar sobre o universo social dos caçadores locais não significa negligenciar a importância da preservação ambiental na proteção de animais ameaçados pela caça predatória. Acreditamos que este estudo possa contribuir para que se compreenda a complexa relação do Parque Nacional com a sociedade local.

A pesquisa foi realizada através de fontes orais com pessoas que caçam ou já caçaram. Também realizamos uma pesquisa bibliográfica analisando periódicos, monografias, dissertações e teses com o objetivo de compreender e descrever o processo de criação do Parque Nacional e sua relação conflituosa com a população dessa área, em especial, com os caçadores.

## 2. A criação do Parque Nacional Serra da Capivara

O uso indiscriminado dos elementos naturais pelo homem é uma das principais causas de degradação do meio ambiente. Uma das medidas para amenizar tal problema foi a criação de grandes Unidades de Conservações. Tais unidades são uma invenção contemporânea e buscam uma mudança de sensibilidade em relação à maneira como o homem lida com a natureza.

Conforme Faxina (2008), a criação de parques nacionais tem por objetivo conservar a natureza através da resguarda de seus atributos ecológicos e cênicos, procurando impedir que a ação humana modifique os remanescentes que ainda se mantêm pouco ou nada alterados.

No Brasil, em 1937, foi instituído o Parque Nacional de Itatiaia no estado do Rio de Janeiro, o primeiro Parque Nacional brasileiro. Posteriormente, foram criados o Parque Nacional do Iguaçu no Paraná e a Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro em 1939. No Piauí, em 1971 foi instituído o Parque Nacional de Sete Cidades e o Parque Nacional Serra da Capivara em 1979 (Esteves, 2006).

Podemos perceber que no decorrer do século XX ocorreu um crescente interesse do poder público brasileiro na criação de unidades de conservação. O objetivo foi estabelecer um sistema de proteção e preservação à herança cultural e natural, de valor universal.

Os parques nacionais são áreas geográficas extensas e delimitadas, repletas de atributos naturais excepcionais preservadas permanentemente. Tais áreas são criadas e administradas pelo Governo Federal e se constituem em bens da União destinados para fins científicos, culturais, educativos e recreativos. Todavia, o principal objetivo dos parques nacionais é a preservação do ecossistema natural.

No Piauí, a criação do Parque Nacional Serra da Capivara está diretamente associado à figura da arqueóloga Dr<sup>a</sup> Niède Guidon<sup>1</sup>. Em 1973, Guidon liderou a missão Franco-Brasileira do Piauí, na identificação de sítios arqueológicos com registros rupestres. Em 1975, a missão (pela importância dos vestígios arqueológicos encontrados) solicitou a criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (Bastos, 2010).

Niède Guidon é a precursora e a figura mais emblemática na criação do Parque Nacional Serra da Capivara. Ela realizou inúmeras pesquisas arqueológicas naquela localidade tornando-a mundialmente conhecida.

O parque foi instituído com uma área de 100.000 ha, através do Decreto Presidencial nº 83.548, de 05 de junho de 1979. Com base no Decreto Presidencial nº 99.143, de 12 de março de 1990, sendo que a área de proteção ambiental do Parque Nacional foi aumentada para 129.140 ha.

Motivada pela repercussão nacional e internacional das descobertas arqueológicas realizadas pela Fumdam (Fundação Museu do Homem Americano) em 1991, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) reconheceu o parque como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade.

A enorme concentração de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres, além de outros vestígios arqueológicos (armas, utensílios, restos de fogueiras, cerâmicas e sepulturas) pertencentes a diferentes grupos humanos que habitaram a região, transformaram o local em um dos mais importantes centros de pesquisas arqueológicas sobre a presença do homem pré-histórico no continente americano. Segundo pesquisas realizadas na área, existem vestígios da presença antrópica por volta de 50.000 anos antes do presente.

Entretanto, segundo a Fumdam, a importância do parque se dá não só pelos inúmeros sítios arqueológicos, mas, também, por ser o único no país voltado para a preservação da caatinga, vegetação típica da região, à época ameaçada de extinção.

A caatinga ou mata branca, é um bioma exclusivamente brasileiro composto de vegetação arbustiva de paisagem embranquecida sem folhas no período seco. Entre os fatores que tornam o PNSC tão importante em termos de biodiversidade, está o fato de abrigar populações animais endêmicos da caatinga (Pessis, 1998).

Depois da sua criação, a administração do parque ficou sob responsabilidade de duas instituições, o Ibama<sup>ii</sup> (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Fumdam<sup>iii</sup>. Ao entrarem em operação, tais instituições acarretaram também a imposição de uma ação sistemática de proteção ao meio ambiente local. Todavia, antes de tratar destes conflitos é fundamental traçar brevemente um panorama das relações que a população dessa localidade mantinha com o meio ambiente.

### **3. Antecedentes tornaram a caça uma prática comum na região**

Quando observamos no decorrer de uma larga escala de tempo que vai desde os grupos caçadores-coletores, primeiros habitantes da região ainda na pré-história, passando à ocupação do espaço pelos povos indígenas que antecederam o período colonial até os atuais habitantes da Região do Parque Nacional Serra da Capivara, percebemos que a atividade da caça sempre esteve presente na vida da maior parte dos moradores da região, desde os tempos mais remotos.

Os artefatos arqueológicos tais como ponta de lanças, machados de pedra, rapadores e a própria temática das pinturas rupestres presentes nos paredões do Parque Nacional da Serra da Capivara indicam o papel que a caça desempenhava na vida dos primeiros habitantes daquela região.

Entretanto, além dos povos pré-históricos, os indígenas também caçavam, e podemos perceber a continuidade e ressignificação destes costumes e práticas culturais nos colonos portugueses que incorporaram os costumes dos indígenas no decorrer do processo de colonização.

Através das bandeiras, os colonos portugueses percorriam grandes distâncias na conquista das terras dos “sertões de dentro”, estabelecendo fazendas de gado de criação. A estrutura de apoio das bandeiras era composta de vários profissionais como: barbeiro, vaqueiro, cirurgião, ferreiro, escriba, religiosos, cozinheiras, lavadeiras, costureiras. Em outros, estava a figura do caçador. Nas paradas locais para descanso da tropa e dos animais, homens eram enviados para a caça, abatendo veados, caititus, cutias, paca, jacu, que serviam como fonte de alimento (Branco 1963).

Como podemos perceber, no decorrer da história dessa sociedade a caça de animais silvestres esteve presente em vários capítulos. Os maniçobeiros, por exemplo, que se embrenhavam na caatinga, extraindo o látex da maniçoba, também caçavam. E nas primeiras expedições científicas na região do que, posteriormente, se tornaria Parque Nacional, mateiros e caçadores foram arregimentados pelos arqueólogos por conhecerem bem a mata local. Foram essas pessoas que lhes indicaram os lugares onde se encontravam as pinturas rupestres.

Naquela época, eles também encontraram nos restaurantes e casas familiares da região de São Raimundo Nonato, a carne de animais silvestres (caça), servida como refeição (Bastos, 2010).

Castro (2004) analisando a persistência de muitos caçadores mesmo depois da implantação do PNSC, observa que a caça representa um dos únicos modos de sobreviver, num lugar de poucas chances de trabalho, restando apenas à agricultura de subsistência, quando ocorrem chuvas. Dessa forma, caçar historicamente foi a forma encontrada de suprir a fome, ajudar na sobrevivência da família e resistir ao desemprego. Para as pessoas, orientadas por tais formas culturais, caçar tornou-se um direito natural, e a caça um presente divino destinado a suprir suas necessidades cotidianas (Castro, 2004).

O hábito, o costume de caçar foi moldado pelas condições sociais, culturais, históricas e geográficas. Desta forma, a caça tornou-se uma atividade imbricada nesse meio social. Nas comunidades de entorno do PNSC, na maioria das famílias locais, existe um caçador que se utiliza da caça, de maneira semelhante a seus pais, avós e outros antepassados.

Além da caça indiscriminada que coloca em risco a sobrevivência de várias espécies de animais endêmicas da região, é necessário mencionar outras práticas locais que comprometeram a preservação ambiental desse lugar. A produção de cal, por exemplo, demandava grande quantidade de lenha das árvores nativas da caatinga para manter os fornos que transformavam calcário em cal.

Historicamente, parte significativa da população local sobrevivia quase que exclusivamente da agricultura de subsistência e da utilização dos recursos da natureza, tais como: a extração de madeira, extração do calcário para a produção de cal e da criação de pequenos rebanhos de caprinos, bovinos e ovinos nas extremidades da área que se tornaria o parque.

Nesse contexto, a prática da caça, ora utilizada como fonte de alimentação, ora utilizada como fonte de renda, pois também era revendida pelos caçadores, constitui-se em uma prática enraizada na cultura local.

Os dados etnográficos nos mostram a existência de vários motivos que influenciam o exercício da caça, de costume adquirido, passando pelo prazer ou necessidade, ou ainda pela apreciação do gosto da carne. Ainda existem pessoas que caçam para vender os animais, outras os compram para consumir ou criá-los como bichos de estimação. De fato, tal prática tornou-se um forte hábito cotidiano de muitos moradores locais. Assim, acabou se tornando não só um meio de subsistência, de auxílio na dieta, mas também numa atividade comercial, que posteriormente se transformou em um grave problema ecológico e social na região.

#### **4. Conflitos gerados com a criação do PNSC**

Investigando a bibliografia produzida sobre o Parque Nacional Serra da Capivara, identificamos que as análises quase sempre priorizam as narrativas institucionais. Tais discursos apontam a importância do PNSC a partir do seu bioma ou das descobertas científicas no campo da arqueologia pré-histórica. Entretanto, existem questões que são negligenciadas nas análises que interpretam este caso exclusivamente a partir das narrativas institucionais. Ou seja, pouco conhecemos sobre os impactos que a criação do parque desencadeou no cotidiano dos moradores locais que não foram absolvidos como mão-de-obra no setor de turismo ou nas instituições que administram o PNSC.

Destarte, o parque também acarretou normas que mudaram profundamente o relacionamento da população local com meio ambiente. Com o seu estabelecimento, as leis ambientais e a fiscalização que anteriormente eram apenas formais, foram efetivamente colocadas em prática, o que representou para parte dos moradores, profundas alterações em suas práticas sociais adquiridas como tradição ao longo do tempo.

Nesse sentido, Levy afirma que “Criado pelo poder político a patrimonialização do território conflitua com a formação sócio-espacial historicamente produzida, transformada em objeto de reivindicação de alguns grupos em detrimento das demandas de outros menos organizados.” (Levy, 2006. p.173).

Inicialmente podemos apontar que a criação do PNSC, como uma unidade de conservação e proteção integral da natureza, acarretou numa conflituosa desapropriação territorial das populações que habitavam as proximidades da área que passou a pertencer ao parque nacional.

Com base na determinação exposta no Código Florestal e Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiro, após a criação do parque, nenhuma comunidade humana pode continuar trabalhando ou morando dentro da unidade de conservação. Desta forma, diversas comunidades tais como, Zabelê, Serra Vermelha, Sítio do Mocó, Barriguda, Queimada Nova, São João Vermelho, Cambraia e outras que se situavam dentro da área do Parque Nacional, sofreram processo de desapropriação.

Além disso, o PNSC provocou uma mudança no modelo de convivência das comunidades da região que estavam inseridas numa forte relação com o meio natural, sendo que a roça, o corte de madeira e a caça supriam necessidades cotidianas dessas pessoas.

Contudo, os dez anos seguintes após a criação do PNSC e a falta de recursos federais, comprometeu a preservação ambiental do parque. Nesse período, a unidade foi alvo sistemático de ações contra da flora e da fauna. Período em que a caça comercial se transformou numa prática popular com consequências desastrosas para os animais silvestres da região (Pessis,1998)<sup>iv</sup>.

“O grande problema da caça é no entorno do Parque, onde há centenas de famílias assentadas. Um tatu pode valer de 30 a 50 reais. Não é fonte de alimentação para o caboclo, quem mais come caça é o fazendeiro, o político, que encomenda a caça. O interesse econômico da atividade gera as ameaças e o risco constante para os funcionários do Chico Mendes e a própria Niède, que já foi jurada de morte várias vezes” (Bastos, 2010, p. 80).

Foi apenas com a instalação em 1991 do escritório do Ibama, em São Raimundo Nonato, que os conflitos acionados pela prática da caça se acirraram. Segundo Bastos, “a repressão à caça, e a retirada dos moradores do Zabelê dos limites do Parque são a origem do ressentimento de parte da população em relação ao ‘Ibama’, e a ‘doutora’ (Niède Guidon), duas entidades que se misturam no imaginário popular.” (Bastos, 2010. p. 81). Nesse sentido, Levy, afirma que:

“A espera de indenizações, como observado no caso do PNSC, as famílias ficam subjugadas às normas de gestão e uso do território do parque, sem poder criar animais soltos, caçar ou promover a rotação de roças. Nestas condições, aquelas famílias que não têm algum membro trabalhando como funcionário do parque, ficam sem alternativa econômica” (Levy, 2006. p. 63).

Somado ao processo de desapropriação conflituosa à criminalização de práticas antes consideradas tradicionais, criou-se em parte da população local uma aversão ao parque e aos dirigentes das instituições que o administram.

Embora a caça esteja proibida legalmente no território brasileiro desde 1967, foi apenas com a criação do PNSC e com a chegada do Ibama que essa técnica passou a ser reprimida de fato. Entretanto, mesmo com a imposição da lei, a caça e o consumo de carne de animais silvestres ainda são práticas corriqueiras entre a população local. O episódio da nossa chegada em São Raimundo Nonato em 2009, ilustra bem tal situação. Ao saber que um grupo de novos professores universitários havia ingressado no quadro docente da universidade local, um importante político da região nos recepcionou em sua propriedade rural com um jantar em que a carne de tatu foi servida como prato principal.

Como podemos perceber, fora do raio de ação das instituições fiscalizadoras, a caça nem sequer é considerada uma infração. Todavia, de hábito livremente praticado na região, a caça passou aos poucos ser criminalizada. Segundo Castro,

A criação do Parque e Instalação do Ibama transformou os caçadores de donos e senhores daquelas terras em cruéis usurpadores; a caça, de meio de sobrevivência, passou a ser considerada como um crime ambiental. “A natureza foi batizada de meio ambiente e agora é regida por outras leis que não mais as leis da mata onde um dia é da caça e outro, do caçador” (Castro, 2004.p.20).

No entanto, parte dos moradores locais, também quer preservar seus costumes. Acreditamos que para compreender a complexidade deste caso, as questões de ordem cultural, política e econômica envolvidas na vida dos moradores locais, são tão importantes quanto às questões ambientais de preservação, objetivadas pelo PNSC.



Analisando os conflitos no PNSC, Levy ressalta que “esta prótese espacial, ao demarcar seus limites no movimento expansivo, ignora aqueles que já são antes territorialidades de homens produtores de cultura e proprietários não apenas de terra, mas de memória” (Levy, 2006. p. 10).

As práticas culturais tradicionais transformaram-se, aos poucos, em um processo de resistência de parte dos moradores frente às leis ambientais. Para aqueles habitantes, que seguiam técnicas antigas, que tinham vivido praticando tradicionalmente a caça, a lei representava uma regra arbitrária que confrontava os modos de vida exercidos na região há várias gerações. A imposição abrupta de novas regras de gestão do meio ambiente não foi acolhida com entusiasmo por todos os moradores. Parte destes, principalmente aqueles que não conseguiram melhorias ou outras possibilidades de convivência com a vinda do Parque, ficaram ressentidos com as proibições e continuaram caçando.

Levy (2006), observa que mesmo entre os moradores que deixaram de caçar, tal fato está mais associado à vontade de estarem inseridos no quadro de trabalhadores do PNSC do que pela aquisição de uma consciência ambiental. Ao analisar dados do Ibama, de apreensões e entrevistas com ex-caçadores e moradores de região, o autor revela que:

“O que a realidade das apreensões e das entrevistas comprova é que além da complementação de renda, a caça tornou-se para alguns um esporte, uma maneira de entretenimento, ou ainda de enfrentamento, por parte dos moradores da cidade ou, de moradores dos povoados nos casos isolados, a uma territorialidade que não compreendem. Os caçadores modernos são pessoas que, hoje entre seus 20 e 30 anos foram criados no momento de institucionalização do PNSC e que não se sentem de maneira alguma relacionados aquele patrimônio” (Levy, 2006. p. 142).

Neste cenário de enfrentamento, para assegurar a conservação e preservação dos parques nacionais, o Ibama impõe normas ambientais que provocam intensas mudanças nas formas com que as comunidades tradicionais se relacionam com a natureza.

O fato dos gestores públicos de não terem levado em consideração as representações nativas que aquela população historicamente construiu em torno do meio ambiente, contribuiu para a geração de grandes conflitos naquela localidade. Tal acontecimento pode explicar também, a rejeição de um número significativo dos moradores locais em frente ao Parque. Nesse sentido, Levy (2006) nos lembra de que;

“Temos então a construção de um espaço de conflitos de territorialidades entre o ideal de conservação do ecossistema, como é o caso da biodiversidade dos domínios das caatingas no Parque Nacional da Serra da Capivara, e a permanência das práticas e valores de um mundo rural” (Levy, 2006. p. 119).

O Parque significou uma mudança na vida desses moradores, tanto para os que conseguiram empregos e foram incorporados como parte do quadro de funcionários do Parque, quanto para os que ficaram sem alternativas com a chegada dessa instituição. Estes últimos, foram impedidos legalmente de exercer os costumes que praticavam livremente antes da implantação do parque. Ao serem coibidos pelas regras da unidade de preservação, os moradores desenvolveram individualmente atos de resistência que acabaram gerando conflitos envolvendo interesses de parte dos moradores e da instituição.

Mesmo com a utilização da força e da repressão na tentativa de impedir as atividades predatórias, o Ibama não obteve êxito. Parte dos moradores resiste em mudar os seus costumes e tal obstinação, faz que eles persistam em práticas ilegais no uso dos recursos naturais, o que em longo prazo pode levar à degradação do meio ambiental.

## **5. Caça: um costume social e cultural**

Os conflitos ambientais ocasionados pela prática da caça nessa região, são proporcionados por visões opostas entre parte dos moradores e os representantes institucionais do parque. Nas comunidades de entorno deste, a caça representa não só uma forma de sobrevivência, tem o significado de uma técnica cotidiana que se construiu ao longo de vários séculos, levando a adquirir força e consciência de cultura (Castro, 2004).

Podemos perceber que na vida dos caçadores, encontram-se estruturas, memórias, que determinam e orientam a forma desses atores sociais se relacionarem com a natureza. Tais condutas cristalizadas nos seus modos de vida, construíram uma forte resistência às mudanças provocadas pela criação do parque.

Nesta perspectiva, podemos interpretar a caça como um costume que culturalmente foi introjetado no decorrer das gerações, forjando nesse grupo social, parte de sua identidade. Nesse caso, costume é um remanescente do passado; uma ambiência, mentalidade; que vira cultura; um hábito. O costume é como uma diretriz da vida humana, uma educação adquirida nos primeiros anos de vida, ele é passado através da transmissão oral (Thompson, 1998).

Neste sentido, a aplicação impiedosa da legislação ambiental (prisões, multas), sem que um trabalho educativo junto à população despertasse a consciência sobre o meio ambiente, criminalizou muitos costumes locais que antes eram vivenciados com naturalidade.

Por um lado, ao mesmo tempo em que a legislação era aplicada de forma severa, muitas pessoas ao invés de abandonarem a caça por conta da repressão, reforçavam seus costumes tradicionais como um modo de resistir às rápidas alterações trazidas pela criação do Parque. Por outro, os costumes locais foram interpretados por essas instituições como inferiores, atrasados e irracionais, o que justificava sua intervenção unilateral.

O abismo existente entre a atuação das instituições federais encarregadas da administração do Parque e os modos de vida de parte da população dessa região, provocou vários desencontros. Refletindo sobre esta questão, Sousa (2005), questiona o modelo da legislação brasileira que impõe leis sem um eficiente conhecimento ou avaliação do meio social onde a legislação será aplicada. Para o autor, é um equívoco enfrentar os problemas produzidos na relação entre cultura e natureza, a partir de uma racionalidade legal que não leve em consideração o universo simbólico das culturas locais. Ao estabelecer uma legislação desse tipo, pode tornar ainda mais profundos os problemas concernentes à relação dessas comunidades com a natureza.

## 6. O tempo do caçador

A partir da observação participante, pudemos afastar muitos estereótipos que cercam o *modus vivendi* do caçador. Eles não destoam do restante da população local, são cidadãos comuns, muitos são trabalhadores rurais que nas lidas diárias do campo, da roça e na criação de animais, também praticam a caça. Contudo, não são apenas as pessoas da zona rural que caçam, vários indivíduos se deslocam das cidades próximas para as áreas circunvizinhas com tal objetivo.

Neste cenário, o caçador é uma pessoa que aprendeu a se relacionar com a mata; conhece bem a caatinga e sabe identificar os abrigos dos animais; possui táticas adequadas para aprisionar ou matar os animais silvestres, seja através de armas de fogo, cachorros ou armadilhas; eles são exímios leitores da natureza.

Além disso, o caçador também rasteja, espera, observa os lugares onde os animais se alimentam ou bebem água. Nos depoimentos, é recorrente a descrição da paciência e persistência que o caçador tem que ter para conseguir pegar sua presa. Muitas vezes, são necessárias várias tentativas para que o caçador obtenha êxito.

O cão de caça é a companhia quase inseparável do caçador. Tais animais, geralmente sem *pedigree*, poupam-lhe tempo em encontrar os vestígios dos animais que serão acaçados. O cachorro é o instrumento de fundamental importância na apreensão dos animais silvestres. Seu treinamento começa com o cão ainda novo, indo ao mato em companhia de outro cão que já sabe “acuar animais silvestres”.

Há uma relação de extremo afeto entre o caçador e o seu cachorro. O dono treina o cão apenas para procurar, perseguir, ou matar somente os animais silvestres, pois o caçador é capaz de se desfazer ou de executar seu próprio cachorro, caso este mate ou persiga algum animal doméstico criado pelos moradores, como por exemplo, os caprinos ou ovinos.

A posse de um eminente cão de caça também é interpretada como sinal de prestígio entre os caçadores. Nas entrevistas, vários foram os momentos dedicados à longa descrição das qualidades ímpares dos seus cães.

Esta relação de afeto é claramente evidenciada quando os caçadores demonstram em suas declarações os ressentimentos ao narrarem casos de cães que foram executados por fiscais no interior do parque. Verídicos ou não, essas narrativas intensificam ainda mais os conflitos na região.

## 7. Representações da prática da caça

A partir das entrevistas realizadas após os depoimentos, distinguimos duas categorias. Segundo as narrativas, nas caçadas, existem os caçadores que caçam apenas para alimentação direta. Eles praticam a ação em menores quantidades e se utilizam geralmente de cachorros ou espingardas. Tais pessoas interpretam que suas ações não trazem graves danos para as espécies de animais da região.

Contudo, há também os que caçam por encomenda. Esses, utilizam-se de várias arapucas, aprisionando ou abatendo os animais em grande quantidade.

Todavia, existem armadilhas que são destinadas a caça de animais de grande porte, como por exemplo, as onças. Além da carne desse animal ser muito apreciada, seu couro pode ser utilizado para fazer artesanatos ou utensílios caseiros. Além disso, muitos caçadores argumentam que as onças perseguem seus animais domésticos.

Há várias percepções e significados nativos relacionados à atividade da caça. A partir das entrevistas, utilizando os métodos da história oral, identificamos a caça como:

**Aprendizado transmitido através das gerações** - a prática da caça é preservada na memória dos indivíduos, sendo transmitida para as gerações posteriores. Nessa sociedade, recorrentemente os filhos do sexo masculino imitam as atividades costumeiras do pai, assim como a filha segue as ações da mãe. Todos os entrevistados relataram que seu pai ou avô já haviam caçado. Observa-se também que essa conduta se solidifica na juventude dessas pessoas. Tal fato demonstra um profundo enraizamento dessa atividade na cultura local, não se distinguindo tanto das outras atividades cotidianas, também transmitidas através das gerações.

**Meio de subsistência** - a caça, por muito tempo, serviu de meio de subsistência na dieta dos sertanejos da região nos períodos de estiagem, em que as criações: caprinos, bovinos e ovinos eram prejudicadas pela falta de água e pastagem. Nesse cenário, os homens da região recorreriam para a caça como ajuda na alimentação. Dessa forma, ela é justificada nas narrativas dessas pessoas como condição de sobrevivência.

**A caça como entretenimento** -Dentre os significados e representações que impulsionaram a atividade da caça, seus praticantes também argumentam que a exercem em função de uma predileção pelo sabor da carne dos animais silvestres e pelo **esporte**, sentimento esse desenvolvido no decorrer da prática.

**A caça como negócio** - Nem todos os caçadores utilizavam a caça somente para própria alimentação, na região houve (e ainda há) a comercialização de animais silvestres. Pessoas que não caçam, mas apreciam a carne, são os compradores preferenciais. É curioso notar que em momento algum, os entrevistados assumiam abertamente que caçavam para comercializar. A caça comercial é sempre narrada associada a outras pessoas que sempre são preservadas no anonimato pelos entrevistados.

## 8. Considerações finais

Frequentemente os trabalhos acadêmicos difundem o discurso institucional do Parque Nacional Serra da Capivara, contudo, em relação aos conflitos analisados neste artigo, é importante compreendermos outras narrativas.

Para entender a complexidade destes conflitos não podemos analisar o caçador apenas como um infrator da lei (criminoso). Nestes casos, a prática da caça adquirida na socialização familiar ainda hoje forjam suas identidades.

Mesmo agindo ilegalmente, o caçador compartilha concepções morais em relação ao grupo social a que pertence. E sua idoneidade é colocada em xeque ao ser detido, algemado, conduzido no carro da polícia, preso ou processado.

Apesar da caça ser socialmente tolerada no interior da comunidade estudada, os caçadores não assumem publicamente esta prática com receio de serem delatados.

Existem pessoas que ainda caçam, contudo, pelo medo de serem denunciadas, elas não assumem publicamente tal prática. Denúncias anônimas instauraram um clima de desconfiança e começam a sinalizar diferentes posicionamentos em relação à caça naquela comunidade.

Tal fato também repercutiu na nossa tentativa de obter informações no decorrer da pesquisa. A maioria dos depoimentos obtidos, por exemplo, descrevem a caça no passado ou atribuem esta atividade a pessoas anônimas. Apesar de muitos dos informantes descreverem o prazer que tal atividade lhes trazia, nenhum admitiu abertamente continuar praticando a caça de animais silvestres.

Analisando o processo de criação do PNSC, concluímos que muitos dos conflitos que ali surgiram foram agravados por processo que priorizou quase exclusivamente o bioma e os vestígios arqueológicos pré-históricos, negligenciando assim o *modus vivendi* das pessoas que habitavam ali há gerações. A esses moradores, foram impostas “leis nacionais”, que criminalizaram práticas quotidianas tidas por eles como normais.

Uma legislação aplicada de forma impositiva visando à conscientização ambiental dos moradores, provocou alterações bruscas nos costumes de parte dos moradores locais, acarretando em alguns casos, ressentimento e revolta. Desta forma, poderíamos interpretar a diminuição da caça na região estudada não através do processo tomado de consciência ambiental, mas sim, como resultado de medidas repressivas. Diante do que foi dito, não ocorre uma mudança de perspectiva por parte dos moradores, e a diminuição da caça fica condicionada à fiscalização. E, sem inspeção, a caça poderá voltar a ser exercida abertamente. Tal fato mostra a fragilidade dos métodos escolhidos pelas instituições ambientais que atuam no parque.

Um dos efeitos contraditórios da proibição da caça foi justamente a sua valorização. Atualmente existe um mercado clandestino de carne de animais silvestres que são consumidas por pessoas que têm melhores condições financeiras na região. Dessa forma, a caça que antes estava associada à alimentação direta, agora adquiriu com o tempo, um viés nitidamente comercial.

A ampliação dos programas federais de renda mínima na última década, minimizou a questão da fome entre as camadas populares brasileiras. Assim, a perseguição de animais silvestres para sobrevivência, dificilmente se justifica. Contudo, a caça persiste, seja como prática cultural, recreativa ou comercial.

É inegável a importância do Parque Nacional Serra da Capivara e o papel desempenhado pela Fundação Ibama na sua manutenção. Sem a atuação dessas instituições, certamente várias espécies de animais já não existiriam na região. Na localidade foram identificadas cinco espécies de tatus. O tatu canastra é extremamente raro e possivelmente já desapareceu. As populações de onças-pintadas, por exemplo, são umas das últimas que ainda sobrevivem na caatinga do nordeste brasileiro, estando reduzidas a alguns poucos indivíduos (Fundham, 1998).

Conforme Castro (2004), outro problema que também pode estar relacionado à ação dos caçadores é o aumento das populações de insetos que constroem suas casas nas rochas, comprometendo as pinturas rupestres. A diminuição das espécies de tatus, tamanduás e de animais que se alimentam de insetos, ocasiona um desequilíbrio ecológico, levando a um considerável aumento das populações desses insetos.

Como podemos perceber, a preservação dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres depende também da preservação da fauna da região. Entretanto, se quisermos estimular na população local outra relação com o meio ambiente, não podemos enfatizar exclusivamente a preservação ambiental ou o patrimônio arqueológico pré-histórico, é fundamental também desenvolver mecanismos que não se limitem a reprimir os costumes locais. Nessa perspectiva, as comunidades rurais devem ser incorporadas em novas condições de

vida, com novas opções de sustento e, a partir disso, substituir as práticas predatórias que fazem parte dos modos de vida tradicional dessa região, por outras que não prejudiquem o meio ambiente.

## Referências bibliográficas

- Bastos, Solange (2010). *O paraíso é no Piauí: a descoberta da arqueóloga Niede Guidon*. Rio de Janeiro: Família Bastos Editora.
- Branco, Renato Castelo (1963). *A Conquista dos Sertões de Dentro*. LR Editores.
- Castro, Sadia Gonçalves de (2004). *Os caçadores da Serra da Capivara e face cruel da Educação Ambiental*. Dissertação de mestrado em educação. Teresina: Universidade Federal do Piauí.
- Esteves, Caio Marcio Proeletti (2006). *Evolução da Criação dos Parques Nacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRuralRJ/ Seropédica.
- Faxina, Fabiana (2008). *Anais do IV Fórum Ambiental da Alta Paulista*. Parques Nacionais X Comunidades Locais: Separação ou aproximação. Estância Turística de Tupã/SP.
- Levy, Claudia (2006). *Gestão e usos do território: conflitos e praticas sócio-espaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. Dissertação de mestrado. Campinas: SP. Universidade Estadual de Campinas.
- PESSIS, Anne-Marie (1998). *Parque Nacional Serra Capivara: perfil socioeconômico – Área de Preservação Permanente, município de Coronel José Dias e São Raimundo Nonato*. Recife: Fumdhm – SUDENE.
- Sousa, Maria Sueli Rodrigues de (2005). *Imaginário Social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí*. Teresina: Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí.
- Thompson, E. P (1998). *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras.

---

<sup>i</sup> Diretora e pesquisadora da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), também é Diretora Presidente da Associação Brasileira de Arte Rupestre.

<sup>ii</sup> O Ibama, criado pela Lei Federal nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, é um órgão executivo que prioriza a execução da política nacional do meio ambiente, no desenvolvimento de atividades buscando a preservação e conservação do patrimônio natural, fiscalizando e mantendo controle sobre o uso de recursos naturais, como água, fauna, flora, solo, buscando a diminuição dos impactos sobre o meio ambiente brasileiro.

<sup>iii</sup> A Fumdhm é uma entidade privada de caráter científico, sem fins lucrativos, de utilidade pública e federal, criada em 1986, no município de São Raimundo Nonato – PI, e tem como objetivo ajudar na preservação dos patrimônios cultural e natural do Parque Nacional da Serra da Capivara (Fumdhm, 1998).

<sup>iv</sup> São alvos dos caçadores animais como, Tamanduá Bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), Mixila (*Tamandua tetradactyla*), Caititu (*Pecari tajacu*), Veado Catingueiro (*Mazama gouazoubira*), Veado Mateiro (*Mazama americana*), Queixada (*Tayassu pecary*), Cutia (*Dasyprocta prymnolopha*), Paca (*Cuniculus paca*), Mocê (*Kerodon rupestris*), Preá (*Galea spixii*), Gambá, Onças (Vermelha, Puma, Suçuarana), dentre outros. Entretanto o tatu é a caça preferencial da região: Tatu Verdadeiro (*Dasypus novemcinctus*), Tatu Peba (*Euphractus sexcinctus*), Tatu China (*Dasypus septemcinctus*), Tatu Bola (*Tolypeutes tricinctus*). As aves também são caçadas para a alimentação: Juriti (*Leptotila verreauxi*), Nambu (*Crypturellus*), Codorniz (*Nothura boraquira*), Jacu (*Penelope*), Seriema (*Cariama cristata*), Zabelê (*Crypturellus noctivagus zabele*), Asa branca (*Patagioenas picazuro*), Avoante (*Zenaida auriculata*) entre outras. Vale destacar que existem as aves, (como por exemplo, papagaios, araras), que são capturadas para serem criadas ou comercializadas como animais de estimação.